



## Turismo e desenvolvimento em Fernando de Noronha /PE<sup>1</sup>

Prof. Dr. Hildemar Silva Brasil<sup>2</sup>

### Resumo

O principal objetivo desta pesquisa é discutir o desenvolvimento do turismo em Fernando de Noronha/Pe e seus impactos econômicos sobre a qualidade de vida dos residentes nos últimos anos. O índice de desenvolvimento humano - Renda, uma pesquisa amostral com os residentes, bem como, outros indicadores secundários produzidos pela Fundação IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ) e IPEA (Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas ) serviram de suporte para a geração de informações e análise deste estudo científico. Os resultados demonstraram que o turismo promoveu um crescimento econômico e uma melhoria nos indicadores de desenvolvimento humano – renda, apesar do pequeno aumento na concentração da riqueza naquela localidade..

**Palavras-Chave:** Turismo, Renda, IDH,

### 1. Introdução

No Brasil, o turismo vem apresentando resultados econômicos positivos e representa atualmente um dos eixos de desenvolvimento do governo federal, como se pode demonstrar através do plano de desenvolvimento desta atividade apresentado pelo Ministério do Turismo para o período de 2003 a 2007, que teve como pressupostos básicos a ética e a sustentabilidade e como principais vetores norteadores de governo (Mintur, 2003):

- Redução das desigualdades regionais e sociais;
- Geração e distribuição de renda;
- Geração de emprego e ocupação;
- Equilíbrio do Balanço de Pagamentos do Brasil.

Historicamente, esta atividade toma expressividade social e econômica após a transição do regime militar para a democracia, o que coincide com uma maior abertura do país para o comércio internacional e com as reformas do Estado e a consolidação das instituições democráticas. O quadro 1 abaixo revela a evolução das chegadas internacionais

<sup>1</sup> Trabalho apresentado GT - Interfaces com a Gestão de Negócios do IV Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo.

<sup>2</sup> Professor Doutor do Curso de Turismo da Universidade de São Paulo (hsbras@usp.br).



de turistas no Brasil atingindo um patamar superior a 3,0 milhões de chegadas a partir de 1998.

<b>ANO</b>	<b>FLUXO</b>	<b>NÚMERO ÍNDICE – BASE (1990)</b>
1998	4.818.084	441,59
1999	5.107.169	468,09
2000	5.313.463	487,00
2001	4.772.575	437,42
2002	3.783.409	346,76
2003	4.132.847	378,78
2004	4.793.703	390,31
2005	5.568.170	491,09

Fonte: Anuário Estatístico da Embratur – 2005.

Quadro 1 - Chegadas de Turistas ao Brasil – 1998 a 2005

No prisma interno, o turismo ganha força a partir da implantação do Plano Real que eleva no primeiro momento (1995 a 1998) a renda real dos trabalhadores possibilitando sua inserção no mercado de viagens e turismo. Além disto, forma-se no país a consciência empresarial de explorar um número maior de destinos turísticos nas várias regiões do país, incluindo-se a Amazônia e as praias do Nordeste Brasileiro.

A taxa de crescimento anual dos fluxos domésticos, medida pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE/USP) entre os anos de 1998 e 2006 atingiu a 3,2%, o que representa atualmente um mercado de 42 milhões de consumidores. Este mercado concentra 40% de sua demanda na região Sudeste (sendo 27% no Estado de São Paulo), 35% na região Nordeste do país e o restante nas demais regiões do Brasil.

Neste contexto, a busca por formas alternativas de prática do turismo que conservem o ambiente e respeite a cultura local promovendo um desenvolvimento humano saudável para os residentes, tem sido a tônica daqueles planejadores e fazedores de políticas públicas preocupados com os impactos negativos decorrentes desta atividade.

As áreas naturais conservadas tais como parques marinhos, reservas ecológicas e demais espaços naturais que apresentam certa exuberância na sua fauna e flora, tem sido também alvo da exploração do turismo na atualidade. O discurso dos gestores para autorizar a implantação desta atividade centra-se no chamado turismo sustentável, que busca uma planta



de produção em harmonia com a população local e o ambiente físico existente, conservando-o para as gerações futuras.

Segundo John Swarbrooke (2000), o conceito de turismo sustentável não está relacionado apenas à proteção do meio ambiente, mas está ligado à viabilidade econômica em longo prazo e à justiça social. O turismo sustentável, como promotor de relações sociais, gera trabalho, renda e desenvolvimento econômico por meio da modificação favorável do meio ambiente e do uso sustentável dos recursos, sejam eles naturais ou não.

Por conseguinte, as populações nativas tendem a se beneficiar do modelo proposto internalizando os ganhos advindos do crescimento econômico e social destas localidades com a exploração do turismo. A gestão das unidades de conservação terá um papel central na consecução da afirmativa anterior, ou seja, a condução das atividades públicas e de natureza privada ali instaladas (através de parcerias) podem levar ao desenvolvimento beneficiando a comunidade (saúde e melhor qualidade de vida) e promovendo a preservação a natureza.

Dentre *as unidades de conservação* mais importantes que atualmente exploram comercialmente o Turismo em seu território está o Distrito Estadual de Fernando de Noronha em Pernambuco.

O Arquipélago de Fernando de Noronha compreende uma área total de 26 km<sup>2</sup> de singular importância biológica e científica, sendo um dos principais destinos turísticos do Brasil. É composto por 21 ilhas e ilhotas, onde Fernando de Noronha é a maior delas com cerca de 17 km<sup>2</sup>. Situa-se no Oceano Atlântico distante 345 km do Cabo de São Roque no Rio Grande do Norte, 360 km de Natal/RN e 545 km de Recife/PE e 710 km de Fortaleza/CE.

A principal motivação para os turistas visitarem a ilha é a prática do ecoturismo seguida da realização de mergulhos, segundo pesquisa sobre o perfil dos turistas realizado pela ADEFN no período de 2002 a 2004. A equipe de pesquisadores considerou o ecoturismo como uma atividade que “ocorre em ambientes de natureza preservada, onde se realizam atividades de contemplação, educacionais, de lazer e esportivas, respeitados os limites de sua sustentabilidade e buscando-se obter através de sua exploração o bem estar das comunidades locais” (ADEFN/2000).

Nos últimos anos, o número de visitantes de Fernando de Noronha vem crescendo geometricamente ano a ano, sendo que em 1991 (o primeiro ano que se teve registro confiável do número de visitantes) foram recebidos 4.434 turistas na Ilha, e já em 2004 este número



aumentou para 54.866 turistas segundo a administração do Distrito e, em 2005, estimamos um fluxo receptivo de aproximadamente 58.087 turistas. Do ponto de vista evolutivo, a tabela 1 nos mostra que a partir de 1999 houve crescimento superior a 100% em relação a 1995 e 10 vezes mais em relação a 1991.

Tabela 1 – Fluxo de Turistas – Fernando de Noronha 1995 a 2005

Evolução anual – base 1995 = 100,00										
ANO	1995	1996	1997	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
FLUXO	21.315	14.428	22.289	49.512	47.450	57.568	62.551	51.463	54.866	58.087
Número-Índice	100,00	67,68	104,5	232,29	222,61	270,08	293,46	241,40	257,41	272,52

Fonte : ADEFN / 2005. Estimativas do autor para 2005. Não existem dados para 1998.

Neste cenário, buscou-se analisar os impactos ocasionados pelo desenvolvimento do Turismo em Fernando de Noronha sobre a economia local, especificamente o patamar e a distribuição (concentração) da renda gerada por esta cadeia produtiva.

## 2. Aspectos Metodológicos

### 2.1 Tipo de Estudo

Levando-se em consideração o objetivo deste estudo, optou-se por uma abordagem de natureza quantitativa complementada por alguns indicadores qualitativos. Trata-se, portanto, de um estudo de caso descritivo, que aborda aspectos relacionados ao desenvolvimento econômico.

### 2.2 Análise Quantitativa

Visando obter indícios de mudanças na qualidade de vida dos residentes em Fernando de Noronha, optamos pela utilização dos índices de Gini e de Desenvolvimento Humano (IDH) na componente renda, bem como de algumas estatísticas resultantes da pesquisa direta domiciliar aplicada entre outubro e dezembro de 2005 e dos censos demográficos realizados pela Fundação IBGE nos anos de 1991 e 2000.

O índice proposto neste estudo varia de 0 (nenhum desenvolvimento ) a 1 (desenvolvimento total). Países com IDH até 0,499 têm desenvolvimento humano considerado baixo; os países com índices entre 0,500 e 0,799 são considerados de médio desenvolvimento humano; países com IDH maior que 0,800 têm desenvolvimento humano considerado alto (PNUD,2003).



Para a avaliação da dimensão **renda**, o critério usado é a renda municipal per capita, ou seja, a renda média de cada residente no município. Para se chegar a esse valor soma-se a renda de todos os residentes e divide-se o resultado pelo número de pessoas que moram no município (inclusive crianças ou pessoas com renda igual a zero). No caso brasileiro, o cálculo da renda municipal per capita é feito a partir das respostas ao questionário expandido do Censo Demográfico realizado pela Fundação IBGE. Para o ano de 2005, este indicador foi obtido a partir da pesquisa direta domiciliar realizada naquele ano no distrito estadual de Fernando de Noronha.

O **Coefficiente de Gini** (Hoffmann,1998) é uma medida comumente utilizada para calcular a desigualdade de distribuição de renda, mas pode ser usada para qualquer distribuição. Ele consiste em um número entre 0 e 1, onde 0 corresponde à completa igualdade de renda (onde todos têm a mesma renda) e 1 corresponde à completa desigualdade (onde uma pessoa tem toda a renda, e as demais não têm nada). O índice de Gini é o coeficiente expresso em pontos percentuais, e é igual ao coeficiente multiplicado por 100.

O coeficiente de Gini pode ser calculado pela seguinte fórmula:

$$G = 1 - (1/n) \sum_{i=1, n} (\theta_i + \theta_{i-1}), \text{ onde :}$$

G = coeficiente de Gini;

$\theta$  = proporção acumulada da renda até a i-ésima pessoa;

n = população em estudo;

### 2.3.Plano de Amostragem

Levando-se em consideração a pequena população residente no Distrito de Fernando de Noronha, o desenho amostral domiciliar tomou como ponto de partida os dados obtidos pela Fundação IBGE, quando da realização do Censo realizado em 2000 e projetado para 2003.

Dados Censitários:

População: 2.163 Habitantes

Domicílios Ocupados: 542

Pessoas por Domicílio: 3.99

Erro de amostragem (e) – 5 %

Nível de Confiança Desejado na estimativa ( $s_\alpha$ ) – 95 %



Fração de amostragem mínima – 1%

Fórmula de Cálculo do Tamanho da Amostra de domicílios -  $s_{\alpha} (p * q) / e^2$

p=q=50% (Cochran, 1975).

Tamanho da Amostra – 100 domicílios (399 residentes)

O sorteio do domicílio foi feito por método de coeficiente de sistematização com cobertura censitária a partir do cadastro fornecido pela equipe de saúde do Hospital de Fernando de Noronha através do programa de atendimento da Família com cobertura geográfica em todos os bairros existentes no espaço ocupado pelas residências.

Amostra Planejada	Amostra Realizada	Observações
100 Domicílios	124 domicílios	Foram reaplicados 24 questionários que apresentaram preenchimento incompleto
384 residentes	347 residentes	3,84 pessoas por domicílio

Quadro 2 - Resultado da Pesquisa de Campo

### 3. Evidencia Empírica

O Produto Interno Bruto de Fernando de Noronha cresceu 153,84% entre os anos de 2000 e 2004 e o PIB per capita passou de R\$ 1.959,00 para R\$ 4.600,00 no mesmo período, enquanto o PIB brasileiro no mesmo período cresceu 8,95% e o PIB per capita 2,77%. Enquanto em 2000 o PIB per capita noronhense era de apenas 19,29% do valor médio brasileiro, em 2004 ele avançou para 45,09% indicando um aumento na riqueza gerada naquele espaço insular.

ANO	Produto Interno Bruto	PIB - per capita
	<i>Preços Correntes (1000 R\$)</i>	(R\$)
2000	4.066,00	1.959,00
2001	5.801,00	2.743,00
2002	7.918,00	3.672,00
2003	8.372,00	3.811,00
2004	10.296,00	4.600,00
2005 (*)	12.500,00	5.494,80

Fonte: Fundação IBGE. (\*) Estimativa do autor.



Quadro 3 - Evolução do PIB – Fernando de Noronha

Atualmente, a principal atividade econômica existente na região é o TURISMO, que vem movimentando nos últimos 10 anos um volume de recursos físicos, humanos e financeiros, significativos para gerar ocupação e renda, bem como receita pública, decorrente de tributos pagos pelas empresas (cluster produtivo de Noronha) e do recolhimento da Taxa de Preservação Ambiental (TPA) junto aos visitantes da ilha.

Estabelecendo-se uma relação direta entre a chegada de turistas e a evolução do PIB, estimou-se para o ano de 2005 um fluxo anual de 58.087 turistas, gerando um valor de R\$ R\$ 12,5 milhões no total da riqueza gerada, e um PIB per capita de R\$ 5.494,80.

Segundo o resumo executivo realizado pelo Ministério do Meio Ambiente em 2005, o emprego gerado na ilha é composto por 27% de ocupações nas atividades turísticas e 30% nas atividades administrativas da ilha, que também incorpora funções ligadas direta e indiretamente ao turismo. O comércio, a pesca e a agropecuária são as demais atividades que existem na ilha.

A pesca já foi a principal atividade econômica da ilha e se caracteriza pela forma artesanal com a qual é praticada, utilizando pequenas embarcações que operam em zonas próximas do arquipélago.

A agricultura é considerada de subsistência e é exercida de forma rústica e com baixa produtividade, portanto, sem oferecer ao mercado consumidor local uma cesta de produtos agrícolas capaz de satisfazer suas necessidades, ficando assim a mesma subordinada à importação destes produtos do continente, fato que encarece sobremaneira os produtos adquiridos. (Ministério do Meio Ambiente,2005).

A população em idade ativa evoluiu de 1.245 para 1.837 pessoas entre 1991 e 2005, indicando uma taxa de crescimento anual de 2,81%, para uma taxa média anual de 5,73% de crescimento do PIB.

Esta estatística reforça a idéia de que o desemprego aberto em Fernando de Noronha é quase nulo, pois o cálculo da taxa que mede este fenômeno, tendo como referência a procura por trabalho nos últimos sete dias em Fernando de Noronha apresentou um valor inexpressivo, qual seja 0,31%, segundo a tabela 2.

Tabela 2 – Taxa de Desemprego Aberto

<b>Procurou Trabalho nos últimos</b>	Sim	Não
--------------------------------------	-----	-----



<b>7 dias?</b>		
<b>(%)</b>	0,31	99,69

Fonte: Pesquisa Direta – 2005

A mão-de-obra inserida no mercado apresenta uma relação de trabalho com as empresas locais, onde apenas 33,09% atendem as exigências formais de contratação segundo a CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas). Este aspecto demonstra o grau de informalidade existente neste mercado de trabalho e tem reflexos sobre os ganhos indiretos, como férias, 13º. Salário, Fundo de Garantia, além do direito a aposentaria ao final do tempo de serviço.

Tabela 3 – Vínculo Empregatício

<b>Trabalha com Carteira Assinada ?</b>	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>	<b>TOTAL</b>
<b>(%)</b>	33,09	66,91	100,00

Fonte: Pesquisa Direta - 2005

A renda média dos trabalhadores ocupados atingiu o valor nominal de R\$ 1.140,72 a preços de 2005, o que representa uma média de 3,71 salários mínimos. No Brasil, esta média salarial era de 3,10 salários, enquanto no nordeste este valor caía para 1,71 salários mínimos. A renda média per capita, baseada no fator trabalho estimada para aquele ano, foi de R\$ 765,22 ou 2,49 salários mínimos, enquanto no mesmo período a renda per capita nacional era de R\$ 330,33, segundo dados do Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas.

A renda média familiar estimada para o período foi de R\$ 2.655,24 o equivalente a 8,64 salários mínimos, demonstrando um alto poder aquisitivo em relação à região nordeste, cuja média não ultrapassa 5,0 salários mínimos.

Examinando a tabela 4, que apresenta a distribuição da renda familiar por domicílio, verifica-se que a mesma é superior a três salários mínimos para 40% das famílias. Este dado, apesar de ter como referência o ano de 2000, corrobora com a aceitação do valor médio atual desta variável, indicando que as famílias residentes em Fernando de Noronha possuem um maior poder aquisitivo frente aos demais municípios do mesmo porte (até 5000 habitantes) no Estado de Pernambuco, bem como à própria média estadual nesta faixa de renda, que atinge apenas a 10,0 % das famílias.





Tabela 4 - Distribuição de Renda Domiciliar – Fernando de Noronha - 2000

Municípios e classes de tamanho da população	Domicílios particulares permanentes						
	Total	Classes de salário mínimo (%)					
		Até 1/4	De 1/4 a 1/2	De 1/2 a 1	De 1 a 2	De 2 a 3	Mais de 3
<b>Pernambuco</b>	<b>1 968 316</b>	<b>22,3</b>	<b>21,6</b>	<b>25,8</b>	<b>15,1</b>	<b>5,2</b>	<b>10,0</b>
Até 5 000 hab.	2 423	22,2	22,9	21,8	14,9	6,3	11,9
Fernando de Noronha	484	0,0	3,6	3,5	32,4	20,5	40,0

Fonte: Censo – 2000/ Fundação IBGE

No que tange à distribuição de renda, o Índice de Gini entre os anos de 1991 e 2005 demonstra que, apesar do crescimento do produto interno bruto de Fernando de Noronha, a distribuição da riqueza está mais concentrada. O crescimento de 6,8% neste indicador é resultante do processo de crescimento econômico com a presença cada vez maior de empresas e empresários vindos de outras regiões do Brasil, principalmente, de Pernambuco, Ceará e Rio Grande do Norte, provocando “vazamentos” e deteriorando a internalização dos ganhos econômicos.

Tabela 5 - Distribuição de Renda (Coeficiente de Gini)

Ano	Coeficiente de Gini
<b>1991</b>	0,4460
<b>2005(*)</b>	0,4766

Fonte: Fundação IBGE /(\*) Pesquisa Direta.

Apesar do baixo valor apresentado pelo Índice de Gini para o ano de 2005, seu deslocamento para cima em relação a 1991, diagnostica o fato de que a renda começa a ser mal distribuída, e que em longo prazo este efeito nocivo tende a prejudicar o bem-estar e a qualidade de vida dos residentes.

#### 4. Conclusões

Historicamente, a região nordeste sempre esteve numa posição de baixo nível de renda e extrema pobreza, particularmente nos municípios situados no interior dos Estados que a compõem. Apesar do esforço feito pela SUDENE em décadas passadas, o desenvolvimento econômico e social andou a passos lentos neste pedaço do Brasil. As causas para tal fato podem estar associadas a diversos fatores, dentre os quais destacamos a escolha de setores econômicos inadequados aos insumos locais (mão-de-obra, tecnologia, capital financeiro)

visando um processo de industrialização que nunca atingiu seu ápice, permanecendo o estado de baixa saúde e qualidade de vida.

Na década de 90, o Programa de Desenvolvimento do Turismo – PRODETUR, patrocinado pelo Banco Mundial, investiu pesadamente em infra-estrutura e modelos de gestão pública nos estados nordestinos, visando o aproveitamento das belezas naturais, principalmente na costa marítima deste espaço econômico. Este esforço, conjugado com um planejamento estratégico que teve o turismo como setor prioritário, vem transformando a realidade nordestina no que tange à geração de empregos, ao aumento da riqueza e à atração de maiores volumes de investimentos estrangeiros em serviços hoteleiros e , especificamente, no litoral da região.

Esta realidade pode modificar o cenário de pobreza ainda persistente, se a gestão pública destes estados seguirem os princípios aqui discutidos sobre a sustentabilidade social, econômica, política e ambiental e tendo como vetor principal o direcionamento de investimentos para o aumento do capital social local, a geração de saúde e a melhoria da qualidade de vida das populações locais.

Nesta linha de pensamento, concentramo-nos durante esta pesquisa no Estado de Pernambuco que apresenta atualmente um IDH-M de 0,692 e se coloca em quarto lugar no ranking nordestino e em 22º. no ranking brasileiro de desenvolvimento humano. Por ser um Estado da região nordeste e possuir um potencial de recursos naturais e histórico-culturais aproveitáveis para a atividade turística vem recebendo anualmente cerca de 3,35 milhões de turistas, o que representa um impacto significativo nas receitas do setor público (tributos, taxas...) e do setor privado. Vale lembrar que o turismo em sua matriz de insumo-produto tem influência sobre 52 setores econômicos e gera um multiplicador de renda e emprego superior a 1,80.

O cenário da pesquisa foi o Distrito Estadual de Fernando de Noronha, que destacou-se com o primeiro lugar no ranking do Estado e o décimo segundo lugar no ranking nacional em matéria de desenvolvimento humano, apresentando um valor de 0,862 para o ano de 2000, o que é considerado pelas Nações Unidas como alto desenvolvimento humano.

### **Índice de Desenvolvimento – Componente Renda**



O turismo movimentou nos últimos anos um volume de recursos físicos, humanos e financeiros, significativos para gerar ocupação e renda, bem como gerou uma receita pública decorrente de tributos pagos pelas empresas (cluster produtivo de Noronha) e do recolhimento da Taxa de Preservação Ambiental (TPA) junto aos visitantes da ilha.

No que tange ao componente de renda média dos residentes (mensurada a preços de 2000), variável que compõe o índice de desenvolvimento humano, os resultados encontrados para o período proposto supõem uma leve queda real entre os anos de 2000 e 2005, estimada em 9,09%. Apesar disto, o valor encontrado na pesquisa direta permanece superior àquele encontrado em 1991.

Tabela 6 - Estatísticas de Desenvolvimento Humano – IDH – Renda Média dos Residentes

<b>Ano de Referência</b>	<b>Renda Média (em R\$ de 2000)</b>	<b>Taxa de Crescimento (%)</b>	<b>Índice de renda (IDHM-R)</b>
<b>1991</b>	231,73	-	0,682
<b>2000</b>	558,95	141,20	0,829
<b>2005</b>	508,11	-9,09	0,83

*Fonte: Ipea / ano de 2005, pesquisa direta.*

Esta evidência comparativa entre o ano de 1991, 2000 e 2005 demonstra que o crescimento do turismo, sob a ótica econômica da renda média dos residentes, trouxe aumento significativo apesar do recuo do patamar médio em 2005.

A qualidade de vida sob esta abordagem é melhor nos primeiros anos desta década, apresentando um índice de desenvolvimento humano da renda elevado para os padrões da região nordeste, onde se situa Fernando de Noronha.

Estes resultados permitem afirmar que o cidadão noronhense tem uma renda maior que os demais habitantes do Estado de Pernambuco e da região nordeste.

Levando-se em conta o aspecto distributivo da renda gerada, o índice de Gini encontrado para os anos de 1991 (censo - IBGE) e 2005 (Pesquisa direta domiciliar) representou uma leve piora, significando um aumento da concentração de renda pessoal.

A mudança na composição da força de trabalho, com a inserção de migrantes que tem um maior nível de escolaridade disputando as ocupações com melhor remuneração e o



surgimento de novos pequenos empresários (tubarões) vindos do continente devem e irão continuar alterando o processo distributivo da riqueza a favor dos últimos. Este quadro fica agravado, quando o potencial de capital humano nativo, não consegue obter uma melhor qualificação, além do segundo grau ofertado pela escola pública local, impossibilitando seu crescimento dentro do mercado de trabalho.

A ausência de uma política de financiamentos a pequenos negócios na ilha pelos órgãos financeiros responsáveis pelo desenvolvimento na região, no caso, o Banco do Nordeste agrava mais ainda a situação de concorrência desleal encontrada pelos empresários nativos com pouco capital financeiro.

A promoção da saúde preconiza como determinante, uma renda adequada que permita ao cidadão satisfazer suas necessidades básicas e complementares no consumo de bens essenciais e que ajudem a produzir saúde física e mental socialmente no cotidiano de vida das pessoas.

Dentro da escala de consumo divulgada pela Pesquisa de Orçamento Familiar realizada entre os anos de 2002 e 2003 para o Brasil, o valor total do dispêndio mensal familiar com despesas correntes (alimentação, habitação, vestuário, saúde, educação, recreação e lazer, outras necessidades) foi estimada em R\$ 1.465,31 ( R\$ 1.666,39 a preços de 2005) e o dispêndio per capita em R\$ 404,78 ( R\$ 460,33 a preços de 2005), ou seja , o cidadão noronhense tem poder de compra para efetivar estas despesas e ainda gerar uma pequena poupança estimada em 9,4% de seu rendimento médio mensal.

Quanto maior a renda per capita de um país e quanto mais equitativa sua distribuição, maior a tendência de vida longa e saudável para sua população (Ziglio,2000). Esta afirmativa nos leva à conclusão de que sob a ótica da geração de riqueza e sua distribuição, Fernando de Noronha encontra-se em um patamar de “ boa qualidade de vida” , comparável às mais desenvolvidas localidades no Brasil, entretanto, faz-se necessário chamar a atenção de que o processo de crescimento econômico demonstrado nos últimos anos têm sido um fator estimulador da entrada de novos capitais e de uma acentuada migração, fatores que, no médio e longo prazo modificarão os indicadores atualmente encontrados. A queda na renda média per capita em 2005, relativamente a 2000 e o aumento na concentração de renda entre 1991 e 2005 são sinais da transformação em curso.

No tocante à internalização dos ganhos auferidos pelos residentes e originados pela atividade turística, utilizamos uma Proxy a partir da massa salarial de pessoas ocupadas em

serviços turísticos em relação ao PIB, o que representou 44,8% ( R\$ 5,64 milhões/ano) do mesmo sob a ótica da renda.

## Referências

**ADMINISTRAÇÃO DE FERNANDO DE NORONHA.** Plano de Gestão do Arquipélago de Fernando de Noronha, Ecoturismo e Desenvolvimento Sustentável, Fernando de Noronha/Pe, 2000/2001.

\_\_\_\_\_. Perfil do Turista de Fernando de Noronha, maio de 2004, Fernando de Noronha/Pe, 2004.

\_\_\_\_\_. Modernização do Plano de Gestão do Arquipélago de Fernando de Noronha, Ecoturismo e Desenvolvimento Sustentável, Fernando de Noronha/Pe, 2005.

**BENI, M.C.** Análise Estrutural do Turismo. São Paulo: Senac, 2000.

\_\_\_\_\_. Globalização do Turismo. São Paulo: Aleph, 2003.

**BRASIL, H.S.** Turismo, saúde e qualidade de vida em Fernando de Noronha – Pe, Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo – FSP, São Paulo, 2007.

**BORGES, M. L. S.** Fernando de Noronha – Lendas e Fatos Pitorescos. 4ª. Ed. Recife: Inojosa, 1999.

**BOZZANO, D. P.** Planificación y Desarrollo de Productos Ecoturísticos desde la Perspectiva de la Sostenibilidad, Ponencia apresentada na Conferencia Preparatoria para o Ano Internacional do Ecoturismo, Cuiabá, agosto, 2001.

**BOULLON, R.** Ecoturismo y Sistemas Naturales Urbanos. Argentina: Librerías Turísticas, 1993.

**COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO.** Nosso futuro comum. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1991.

**CONSELHO MUNDIAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.** Eco-efficiency Leadership for Improved Economic and Environmental Performance, Relatório impresso, 1996.

**DONABEDIAN, A .** The definition of quality and approaches to its assessment, Michigan: Health Administration Press, 1980.

**EMBRATUR.** Programa Nacional de Ecoturismo, 1995.

**FERNANDO DE NORONHA.** Administração do Arquipélago. <http://www.noronha.pe.gov.br/ctudo-adm.asp>.

**FURTADO, C.** Desenvolvimento e subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

\_\_\_\_\_. O Mito do Desenvolvimento Econômico. São Paulo: Circulo do Livro, 1974.

\_\_\_\_\_. Celso Furtado Entrevistado por Aspásia Camargo e Maria Andréa Loyola. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002.

**GODFREY, K.B.** Sustainable tourism – What is it really? Economic commission for Europe. Committee on Human Settlements, Nicosia, Cyprus, 1994.



**ANPTUR**

Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo

*IV Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo UAM– 27 a 28 de agosto de 2007*

**GUIMARÃES, E.A.** Relatório sobre o desenvolvimento humano no Brasil, 1996. Brasília:PNUD/IPEA, 1996.

**HOFFMANN, R.** Distribuição de Renda, medidas de desigualdade e pobreza. São Paulo: Edusp, 1998.

**INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS**, Plano de Manejo – APA Fernando de Noronha – Rocas – São Pedro e São Paulo, Resumo Executivo, 2001.

**KRIPPENDORF, J.** The Holiday Makers: Understanding the Impacts of Leisure and Travel, English edition. Heinemann, Oxford, 1987.

**LEVIN, L.S. & ZIGLIO, E.** Health promotion as an investment strategy: considerations on theory and practice. Health Promotion International, v. 11, n.1, p. 33-40, 1996.

**LIMA, JANIRZA C.R.** Nas águas do Arquipélago de Fernando de Noronha. Tese de Doutorado. PUC/SP. São Paulo, 2000.

**LISAKKA, L.** Social Capital in Finland, Helsinki, 2006.

**MACHADO, O .** Arquipélago de Fernando de Noronha, Notícia Histórica, 2ª. Edição, SBD-FFLCH-USP, tomo: 53443, São Paulo.

**MATEO RODRIGUES, J. M.** Desenvolvimento Sustentável: níveis conceituais e modelos. In: CAVALCANTI, Agostinho P. B. (org.). Desenvolvimento Sustentável e Planejamento – bases teóricas e conceituais. Fortaleza: UFC, 1997.

**MATUI, J.** Cidadão e professor em Florestan Fernandes. São Paulo: Cortez, 2001.

**MILL, R.C. e MORRISON, A. M.** The Tourism System – An introductory Text, Kendal/Hunt Publishing Company, USA, 1998.

**MINISTERIO DO TURISMO.** Plano Nacional de Desenvolvimento do Turismo 2003-2007, Brasília, 2002,mimeo.

**NOVAES, H. M.** Avaliação de programas, serviços e tecnologias em saúde, Revista de Saúde Pública, 2000: 34(5): 547-559.

**PNUD, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.** Relatório de Desenvolvimento Humano, 2003.

\_\_\_\_\_. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, julho, 2003.

**SACHS, I.** As cinco dimensões do ecodesenvolvimento. In: Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente. São Paulo: Studio Nobel, 1993.

**SEBRAE/Pe,** Plano de Turismo de Fernando de Noronha/Pe, Agosto, 2005.

**SEN, A. ; Nussbaum M.** The Quality of Life, Oxford, Clarendon, 1992.

**SEN, A.** Desenvolvimento como Liberdade. São Paulo: Companhia as Letras, 2005



**ANPTUR**

Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo

*IV Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo UAM– 27 a 28 de agosto de 2007*

**SWARBROOKE, J.** Turismo Sustentável. São Paulo: Aleph, 2000.

**TEIXEIRA, E. L.** Plano de Gestão do Ecoturismo no Arquipélago de Fernando de Noronha, Preparatory Conference for the International Year of Ecotourism. Cuiabá, agosto, 2001.

**VASCONCELOS M. A . e GARCIA M. E.** Fundamentos de Economia. São Paulo: Saraiva, 1998.

**ZIGLIO, E.** Princípios, metodologia e práticas de investimento para saúde. Promotion & Educational Journal, v. VII/2, 2000.

**WESTPHAL, M. F.** Participação popular e políticas municipais de saúde: Cotia e Várzea Grande Paulista, São Paulo; 1992, tese de livre docência, Universidade de São Paulo, Faculdade de Saúde Pública.

\_\_\_\_\_ ; **Bógus C.M.** Grupos Focais: experiências precursoras em programas educativos em saúde no Brasil. Boletim Of. Sanit. Panam. 1996;120 (6);p. 472-82.

\_\_\_\_\_. A promoção à saúde no Brasil. Impreso, 1998.

\_\_\_\_\_ e **Ziglio E.** Políticas Públicas e Investimentos: a Intersetorialidade. Revista de Desenvolvimento Econômico e Social. 2005.